

A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade

*Theresa Adrião**

*Maria Vieira Silva***

As políticas de privatização da educação e as formas pelas quais se materializam têm assumido contornos sem precedentes no tempo presente e são emblemas das mutações da face social do Estado no provimento e garantia do direito humano à educação, como consequência da ascensão e capilaridade dos princípios neoliberais no tecido social que se apoiam, por sua vez, na primazia do capital financeiro e na concentração da riqueza.

No Brasil, o direito à educação é matéria do texto constitucional nos títulos “II – Dos direitos e garantias fundamentais” e “VIII – Da ordem social” (BRASIL, 1988), além de outras disposições e tangencia, em maior ou menor medida, todas as legislações infraconstitucionais. Pelo fato de ser fundante e crucial para a garantia do direito humano à educação, a defesa da oferta, currículo e gestão da educação pela esfera pública constitui-se em uma pauta candente para as pesquisas acadêmicas e para o ativismo social, uma vez que se trata da defesa de direitos em risco e de contraposições às mecânicas de poder que contribuem para a corrosão da esfera pública.

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora colaboradora e pesquisadora em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora Visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA) vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. E-mail: theadriao@gmail.com. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3976705366604804>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1181-5873>.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: mvieirafu@gmail.com. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

Balancos analíticos e interpretativos de evidências empíricas, realizadas por pesquisadores sobre o fenômeno da privatização da educação em diferentes países e territórios, têm desvelado reconfigurações normativas, práticas gestoriais e desenhos curriculares elucidando a magnitude do alcance das políticas e práticas mercantis e privatistas no âmbito educacional, em escala mundial.

As reformas educacionais de cariz privatista, induzidas por atores privados têm sido orquestradas por regimes ou modelos de governança da educação denominados como “governo empresarial” por Dardot e Laval (2016), como gestão corporativa da educação (Croso e Magalhaes, 2016) ou ainda por parcerias público-privadas (Robertson e Verger, 2012). Em substância, os processos privatistas se concretizam mediante uma apropriação teórico-prática das políticas educacionais de forma orgânica e multiforme, incidindo sobre a gestão escolar; a formação de docentes e de gestores; assessorias pedagógicas; a oferta de tecnologias educacionais; os sistemas privados de ensino que padronizam projetos curriculares, dentre outros insumos pedagógicos, além do incentivo à programas de escolha parental que disputam os fundos públicos (Adrião, 2018). Essa miríade de formas de privatização da educação ocasiona efeitos nefastos à consolidação da educação como direito público e subjetivo, conquista consagrada em cartas constitucionais da grande maioria dos países do globo, dentre outros códigos legais.

No Brasil, pesquisa financiada pela FAPESP e desenvolvida no âmbito da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe) sob coordenação geral de Theresa Adrião intitulada *Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil* e coordenada em nível estadual por pesquisadores/as de treze instituições públicas de pesquisa de diferentes regiões do país, mapeia e analisa tendências de privatização materializadas nas redes educacionais dos estados e do Distrito Federal, nas dimensões da

oferta educativa, gestão educacional e do currículo (Adrião, 2018)¹. A pesquisa elucidou a inserção de organizações privadas, fundamentalmente de natureza empresarial, na definição e ou operacionalização de programas educacionais sob a tutela dos entes subnacionais entre 2005 e 2018.

Face ao avanço dos multifacetados formatos da privatização da educação, o presente dossiê revela elementos para a problematização do *modus operandi* do setor privado na escola pública em distintos contextos, de maneira a focalizar criticamente dimensões contíguas entre esta efeméride e a agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2004). Trata-se de um esforço coletivo derivado de ações investigativas conectadas ao supracitado coletivo de pesquisa para dar visibilidade à teleologia empresarial que tem se reverberado na esfera pública, cuja aquiescência de governos ultraconservadores e determinações históricas da conjuntura atual têm encarregado de conformar. As análises aqui disponibilizadas constituem-se em importantes alternativas analíticas para dissipar narrativas hegemônicas que produzem colapsos na cidadania e nos Direitos Humanos dos estratos historicamente empobrecidos.

O artigo *Tristes trópicos: a cultura empresarial aplicada à educação pública*, de autoria de Selma Venco, disponibiliza análises concernentes às mutações da educação pública à luz da política de ensino integral no estado de Pernambuco, implementada por atores privados desde 2008 e a relação com a precariedade nas relações de trabalho de docentes. Venco faz referência ao pensamento de Lévi-Strauss, por ocasião de sua passagem pelo Brasil e, em seguida, à Índia e ao Paquistão na década de 1930 reportando-se ao arrasamento da população indígena pelo *modus operandi* do homem branco e seus interesses econômicos embalados pelo discurso da modernidade.

Desse modo, desdobrando as discussões a partir de escritos de Lévi-Strauss a autora problematiza em que medida o avanço do segmento empresarial na educação pública assemelha-se à constatação tecida nos

¹ Mais informações em <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento-da-insercao-do-setor-privado-nas-redes-estaduais-de-educacao>

“Tristes trópicos” (1955) uma vez que a ingerência empresarial subsume uma cultura educacional que passa da estabilidade e reflexividade para o pragmatismo e a racionalidade econômica. Referenciando-se em Robert Castel (1998) e Cingolani (2005), a autora tece ainda análises sobre a precariedade nas relações de trabalho a partir da nova realidade dos sujeitados a trabalhos intermitentes, contratos por tempo determinado, tempo parcial os quais resultam em vulnerabilidade social.

Elisângela Maria Pereira, Márcia Cossentin e Teise Garcia, por meio do artigo *O programa Jovem do Futuro no Pará e as implicações para o Direito Humano à Educação – DHE*, desenvolvem questões relativas ao Programa Jovem de Futuro (Instituto Unibanco) implementado na rede estadual de ensino do estado Pará e as implicações para o Direito Humano à Educação. Tendo como parâmetro o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual demarca quatro indicadores do Estado, no que se refere ao direito à educação: Disponibilidade, Acessibilidade, Aceitabilidade e Adaptabilidade as autoras apresentam dados referentes às escolas atendidas pelo referido Programa e, a partir de substratos empíricos extraídos das páginas oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Pará, do Instituto Unibanco e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, disponibilizam consistentes chaves analíticas para evidenciar a influência do setor privado na educação pública paraense – mediante a adoção de modelos empresariais - e as antinomias em relação aos indicadores do Direito Humano à Educação.

Racionalidade empresarial, gestão escolar e avaliação na proposta de Ensino Médio Integral em Pernambuco (2008-2018) é o título do artigo de Andréia Ferreira da Silva e Nadia Pedrotti Drabach. Neste trabalho, as autoras apresentam um mapeamento das formas de privatização da Educação Básica pública no país e, verticalizam análises sobre os princípios gerencialistas que ancoram o Programa de Ensino Médio Integral implantado em Pernambuco, durante o interregno de 2008 a 2018. A partir de estudos de documentos oficiais da realidade pernambucana, as reflexões engendram posicionamentos críticos sobre as orientações para a gestão

escolar alinhadas aos mecanismos das avaliações da educação e de seus profissionais e às exigências para o provimento da função de diretor/a. O exame de tal processo é um convite para analisar a emergência da racionalidade empresarial no âmbito da educação pública a partir dos nexos entre as configurações particulares de uma dada realidade e as determinações macrosociais que constituem o arcabouço da sociedade neoliberal.

O texto de Adriana Dragone Silveira e Theresa Adrião examina as implicações da privatização para a garantia do direito humano à educação, na perspectiva dos indicadores propostos por Tomasevski (2004), quais sejam: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade, além do controle social. Destarte, as análises contidas no trabalho, intitulado *As características do direito humano à educação como matriz analítica para estudos sobre consequências da privatização da educação básica*, são contributos importantes para a tessitura de reflexões sobre a subordinação da educação à lógica mercantil e a produção de mecanismos que produzem colapsos ao sentido da educação enquanto um direito humano.

Na sequência, o artigo *Relações de trabalho no contexto do Programa Jovem do Futuro: dimensões da precariedade laboral*, escrito por Maria Vieira Silva, apresenta análises sobre as implicações da privatização nas relações de trabalho dos profissionais da educação em escolas que implementaram o Programa Jovem do Futuro do Instituto Unibanco, na rede pública do estado do Pará. A autora identifica dimensões propriamente ideológicas do conceito de responsabilidade social, de forma contígua aos processos de precariedade e intensificação do trabalho dos profissionais que atuaram no desenvolvimento do mencionado Programa. A partir dos resultados de uma imersão em documentos e indicadores educacionais, o artigo evidencia a dimensão tangível da nova sociabilidade neoliberal substantivada nos programas privatistas. O substrato empírico contribui também para evidenciar que as ações privatistas na máquina estatal não resultaram em benefícios para a carreira, salários ou gratificações para os profissionais da educação, mas, antagonicamente, ensejam a

intensificação do trabalho e precariedade laboral dos profissionais da educação.

Raquel Borghi e Cassia Domiciano, por meio do artigo *Programa Acelera Brasil na rede estadual de Goiás: implicações para o Direito Humano à Educação (DHE)*, apresentam sínteses analíticas de uma pesquisa que mapeou programas e atores privados que incidiam em redes públicas de educação dos 26 estados e Distrito Federal entre 2005 e 2018. No trabalho em tela, as autoras examinam, especificamente, o Programa *Acelera Brasil* criado pelo Instituto Ayrton Senna, o qual foi selecionado por sua capilaridade, institucionalidade e longevidade na dimensão da privatização do currículo no estado de Goiás. Os resultados da investigação indicam: falta de transparência acerca do Programa e seus resultados, dificultando o Controle Social; a segregação dos alunos participantes do *Acelera* em salas separadas das turmas regulares; a ausência de monitoramento dos alunos egressos do Programa ou a não divulgação de seus resultados, desrespeitando as características fundamentais do DHE, quais sejam disponibilidade, acessibilidade, adaptabilidade e aceitabilidade.

O artigo *Ensino superior angolano: educação como bem público face ao mercado* de Isaac Pedro Vieira Paxe e Alberto Kapitango Nguluve é emblemático da natureza transcontinental dos processos de privatização. Tendo como referência a realidade angolana, os autores problematizam os processos de disputas ideológicas no âmbito estatal, a emergência da economia de mercado e os mecanismos pelos quais a condição de “bem público” da educação é capturada pelos agentes do mercado no âmbito educacional. As análises enfocam, especificamente, aspectos concernentes às políticas de Educação Superior suscetíveis às dinâmicas privatistas, as quais operam como marcos fundamentais para imprimir o caráter mercantil na esfera pública.

O último artigo do dossiê, intitulado *O poder corporativo no debate educacional e constitucional no Chile*, de Juan González López e Diego Parra Moreno propõe-se a pôr em perspectiva as repercussões das intervenções das elites econômicas no sistema educacional chileno, consolidando, nos últimos tempos, processos de extrema privatização,

promovidos pela reforma neoliberal. Os autores asseveram que o poder corporativo se sobrepõe na educação como um poder paraestatal e afeta a organização e os rumos dos sistemas educacionais no atual contexto. No Chile, tal efeméride é garantida pelo princípio constitucional da liberdade de ensino, o qual enseja a organização de um mercado educacional, que reproduz o poder da elite sobre o próprio sistema.

Para além das indagações e análises críticas deste cenário de demolição do sentido público da educação pública, as reflexões contidas neste dossiê são provocações substanciais para desestabilizar a produção de hegemonias mercantis, que historicamente têm corrompido o sentido da educação como um direito humano. São referências investigativas importantes para pesquisadores da educação e áreas congêneres, docentes e gestores da Educação Básica e Superior, gestores de sistemas de ensino e membros de entidades educacionais, uma vez que os substratos empíricos e as análises de natureza teórico-conceitual, que sedimentam os sete artigos aqui disponibilizados, colocam a educação como um direito humano, orientada pelos princípios da dignidade e justiça social, como também evidenciam os processos degenerativos que têm produzido colapsos nas tênues conquistas da educação democrática e cidadã.

Referências

- ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, p. 8-28, 2018.
- CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. *Educação & Sociedade* [online], v. 37, n. 134 p. 17-33, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

ROBERTSON, S. e VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educação & Sociedade [online]*, v. 33, n. 121, p. 1.133-1.156, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012>. Acesso em: 2 mar. 2022.

TOMASEVISK, K. *Human Rights obligations: making education available, accesible, acceptable and adaptable. Right to Education* n. 3.

Gothemburg: SIDA; Raoul

WallenbergInstituteofHumanRightsandHumanitarian Law, 2001.